

Perspectivas Históricas Brasileiras da Educação de Jovens e Adultos

Elânia Bonfim Barros

Universidad Interamericana

Resumo: Esta pesquisa investiga aspectos históricos fundamentais da educação de jovens e adultos no Brasil, visando entender sua realidade atual. Nesse sentido, analisamos as intervenções políticas que, ao longo do tempo, procuraram aprimorar o que hoje é denominado EJA. Também buscamos esclarecer as definições relacionadas ao analfabetismo e à figura do analfabeto, evidenciando o preconceito que permeia o não letramento. Para isso, traçamos uma linha do tempo que abrange desde o período imperial até o presente. Essa escolha metodológica foi motivada pelo fato de que foi nesse contexto que o Estado começou a direcionar maior atenção à educação. O objetivo deste artigo é suscitar uma reflexão sobre as posturas do passado que impactam o presente, possibilitando uma análise de novos caminhos a serem explorados no futuro.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos; História; Políticas Públicas.



Recebido em: Abril. 2024; Aceito em: Set. 2024

DOI: 10.56069/2676-0428.2024.496

Entre os Avanços e as Vivências Científicas: Estudos Multitemáticos

Outubro, 2024 v. 3, n. 22

Periódico Multidisciplinar da FESA Educacional

ISSN: 2676-0428





Brazilian Historical Perspectives on Youth and Adult Education

Abstract: This research investigates fundamental historical aspects of youth and adult education in Brazil, aiming to understand its current reality. In this sense, we analyzed the political interventions that, over time, sought to improve what is now called EJA. We also sought to clarify the definitions related to illiteracy and the figure of the illiterate, evidencing the prejudice that permeates illiteracy. To do this, we have drawn a timeline that spans from the imperial period to the present. This methodological choice was motivated by the fact that it was in this context that the State began to direct greater attention to education. The objective of this article is to provoke a reflection on the postures of the past that impact the present, enabling an analysis of new paths to be explored in the future.

Keywords: Youth and Adult Education; History; Public Policies.

Perspectivas históricas brasileñas sobre la educación de jóvenes y adultos

Resumen: : Esta investigación indaga en aspectos históricos fundamentales de la educación de jóvenes y adultos en Brasil, con el objetivo de comprender su realidad actual. En este sentido, analizamos las intervenciones políticas que, a lo largo del tiempo, buscaron mejorar lo que hoy se denomina EJA. También se buscó clarificar las definiciones relacionadas con el analfabetismo y la figura del analfabeto, evidenciando el prejuicio que permea el analfabetismo. Para ello, hemos trazado una línea de tiempo que abarca desde el periodo imperial hasta la actualidad. Esta elección metodológica fue motivada por el hecho de que fue en este contexto que el Estado comenzó a dirigir una mayor atención a la educación. El objetivo de este artículo es provocar una reflexión sobre las posturas del pasado que impactan en el presente, permitiendo analizar nuevos caminos a explorar en el futuro.

Palabras clave: Educación de Jóvenes y Adultos; Historia; Políticas Públicas.

Introdução

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) configura-se como uma modalidade educativa diversificada, que transcende o mero aprendizado acadêmico. Historicamente, essa abordagem limitava-se à alfabetização, compreendida apenas como o ato de aprender a ler e escrever. O educador comprometido com o ensino de adultos deve refletir criticamente sobre sua prática, adotando uma visão integral do ambiente escolar e da instituição onde atua. É fundamental ampliar suas considerações sobre o ato de ensinar, valorizando as trajetórias de vida dos alunos e reconhecendo os conhecimentos cotidianos, frequentemente desconsiderados no espaço escolar.

É comum que os alunos percebam a escola como um espaço para atender suas necessidades individuais e se inserirem na sociedade letrada, da qual não conseguem participar plenamente sem a leitura e a escrita. A análise da educação de jovens e adultos propicia uma reflexão sobre o contexto histórico desses alunos. Diferentes fatores motivam a busca por educação entre os adultos, como as exigências econômicas, tecnológicas e a concorrência no mercado de trabalho. Adicionalmente, motivadores como a aspiração à realização pessoal, a reivindicação de direitos e a busca por dignidade reforçam a autoestima e apoiam a superação das barreiras da exclusão social.

Dessa forma, explorar um tema sob uma perspectiva histórica é essencial para compreendê-lo na construção do conhecimento. Ao analisarmos a situação da educação brasileira, os dados são alarmantes. De acordo com o IBGE, a educação de jovens e adultos no Brasil enfrenta enormes desafios. A realidade atual revela que o país não conseguiu efetivamente assegurar o acesso à educação a todos, conforme preconizado pela Constituição. Milhares de pessoas em nosso vasto território ainda estão privadas de um dos direitos fundamentais: a educação. Surgem, então, perguntas relevantes: por que tantas pessoas foram excluídas do processo de alfabetização? O que gerou suas condições sociais? Quais tentativas foram feitas para garantir esse direito? Para

responder a essas indagações, é crucial olhar para o passado. A História é essencial para entendermos o presente e planejar o futuro.

Este artigo visa investigar a trajetória da educação de jovens e adultos, analisando como lidamos com essa herança histórica atualmente. Destacamos que, ao longo do tempo, a educação no Brasil foi frequentemente negligenciada por autoridades competentes. O sistema educacional foi relegado a um segundo plano em prol do crescimento econômico e dos interesses das elites. Na contemporaneidade, essa falta de atenção persiste, sendo evidenciada pelo estado precário das escolas públicas, pela insuficiência de infraestrutura, por turmas superlotadas e pelos baixos salários dos docentes.

Adotaremos uma abordagem organizada sobre o tema. Inicialmente, abordaremos o desenvolvimento histórico da educação de jovens e adultos a partir da década de 1940, apresentando também uma visão da sua situação durante o Império e o início da República. Nossa análise será dividida em quatro partes principais: primeiro, exploraremos as influências do período imperial e republicano na educação de jovens e adultos; em seguida, discutiremos a educação desse grupo entre 1940 e o golpe militar de 1964, com ênfase na contribuição do pedagogo Paulo Freire; no terceiro ponto, analisaremos a educação durante a ditadura militar, destacando o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral); e, por fim, examinaremos a EJA na nova república a partir de 1988 e seu desenvolvimento até os dias atuais.

Diversas razões levam os adultos a retornarem ao estudo, incluindo necessidades econômicas, tecnológicas e a alta competitividade do mercado de trabalho. Além disso, a busca por satisfação pessoal, a garantia de direitos, o fortalecimento da autoestima e a superação de barreiras de exclusão são aspectos relevantes que motivam a frequência escolar. Ao abordarmos esse tema sob uma perspectiva histórica, é essencial reconhecer sua importância na construção do conhecimento.

A situação da educação brasileira, conforme revelam os dados do IBGE, é preocupante. O país ainda não assegurou, na prática, o acesso à educação para todos, conforme determina a Constituição. Milhões de cidadãos ainda se veem privados de um direito fundamental: a educação. Por que tantas pessoas

foram excluídas do processo de alfabetização? Quais fatores influenciaram a posição social desses indivíduos? Quais foram as tentativas de garantir esse direito? As respostas a essas questões encontram-se nas nuances do passado.

A História é uma ferramenta indispensável para compreendermos o presente e projetarmos o futuro. Assim, realizaremos uma investigação que nos permitirá entender o desenvolvimento histórico da educação de jovens e adultos e a forma como enfrentamos essa herança na atualidade. É importante destacar que, ao longo da história, a educação no Brasil recebeu pouca atenção das autoridades políticas, sendo frequentemente eclipsada pelo crescimento econômico e pelos interesses das classes sociais privilegiadas. Nos dias atuais, essa desatenção continua; é evidente ao observar as condições precárias das escolas públicas, marcado por superlotação, baixos salários para os docentes e investimentos escassos em educação de qualidade.

Essa realidade é alarmante. Para a elaboração deste artigo, estruturamos nosso trabalho em quatro seções principais. Primeiramente, examinaremos as influências do pensamento e das ações durante o período imperial e da República na formação da educação de jovens e adultos. Em seguida, discutiremos o período que vai da década de 1940 até o golpe militar de 1964, destacando a contribuição do pedagogo Paulo Freire e como sua teoria e prática transformaram o ensino naquela época. A terceira parte será dedicada à educação de jovens e adultos durante a ditadura militar, enfocando o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), que surgiu em resposta às iniciativas de alfabetização promovidas anteriormente por movimentos sociais. Finalmente, analisaremos a educação de jovens e adultos no contexto da nova república (1988) e sua evolução até os dias atuais, com ênfase na EJA, que permanece como uma das principais iniciativas do Ministério da Educação para a alfabetização dessa população.

Em suma, nosso intuito não é apresentar um panorama completo da História, mas ressaltar momentos significativos que nos ajudem a compreender a evolução da educação de jovens e adultos no Brasil e suas consequências na contemporaneidade.

Da Monarquia à República

Ao analisarmos a evolução da educação brasileira desde o período colonial, nota-se que, inicialmente, a atenção era voltada principalmente às crianças, embora “indígenas adultos também tenham sido objeto de uma intensa ação cultural e educacional”. A Companhia Missionária de Jesus tinha como principal meta a catequização e a alfabetização dos indígenas em português. Com a expulsão dos jesuítas em 1759, a educação para adultos reduziu seu espaço, e o Império tomou a responsabilidade pela estruturação do ensino. Nesse contexto, a educação no Brasil passou a refletir um caráter elitista, voltando-se essencialmente para as classes privilegiadas. As aulas régias, que abordavam latim, grego, filosofia e retórica, eram destinadas exclusivamente aos filhos dos colonizadores portugueses (brancos e do sexo masculino), excluindo totalmente as populações negras e indígenas. Portanto, a história da educação brasileira foi marcada pela monopolização do conhecimento formal pelas classes dominantes.

É fundamental reconhecer que, com a Constituição Imperial de 1824, buscou-se ampliar o conceito de educação, garantindo acesso à instrução primária para todos os cidadãos. No entanto, essa legislação, lamentavelmente, permaneceu apenas no papel. Um acalorado debate se instaurou no Império em torno da inclusão das camadas mais pobres (homens e mulheres livres, negros escravizados e libertos) nos processos educacionais formais. Com o Ato Constitucional de 1834, a responsabilidade pela educação primária e secundária foi delegada às províncias, mas ainda se dirigia, sobretudo, a jovens e adultos. É relevante ressaltar que a educação voltada para jovens e adultos apresentava um caráter missionário e assistencial, considerando o letramento como um ato de caridade dirigido a aqueles vistos como “perigosos e degenerados”. A ideia de “iluminar” as mentes ignorantes era central para o progresso. Assim, a alfabetização passou a ser entendida não como um direito, mas como um ato de solidariedade.

A concepção de analfabeto como dependente se consolidou durante o período republicano. Em 1879, a Reforma Leôncio de Carvalho categorizou o analfabeto como incompetente. Em 1881, a Lei Saraiva reforçou essa visão ao limitar o direito ao voto apenas àqueles que eram alfabetizados. Rui Barbosa, em 1882, declarou que “os analfabetos são considerados, assim, como crianças, incapazes de pensar por si próprios”, fomentando uma onda de preconceito e exclusão. Sua afirmação desvalorizava tanto crianças quanto adultos, relegando-os à condição de incapazes. Nesse cenário, a Constituição republicana de 1891 agravou a situação ao restringir o direito ao voto somente às pessoas alfabetizadas e com posses, consolidando a discriminação e a exclusão dos analfabetos.

Em vez de progredir rumo a uma democracia, o Brasil se viu diante de uma República dominada por uma minoria. O voto, que já era limitado a quem possuía uma renda específica, passou a exigir também a alfabetização. Com a chegada do século XX, emerge um grande movimento social contra o analfabetismo, identificado como um fator de subdesenvolvimento. Em 1915, foi fundada a Liga Brasileira Contra o Analfabetismo, que buscava combater essa ignorância e fortalecer as instituições republicanas. A Associação Brasileira de Educação (ABE) discutia estratégias para erradicar essa calamidade, considerando o analfabetismo uma praga a ser extirpada. A ideia central era que o letramento deveria ser uma responsabilidade das próprias pessoas analfabetas, transformando-as em cidadãos produtivos.

Paralelamente ao desenvolvimento educacional, o Brasil enfrentava uma configuração econômica agrária-exportadora. Com a crise do café em 1929, iniciou-se uma significativa mudança, passando a investir também na indústria. Entre a Proclamação da República e o início da década de 1920, a democracia brasileira se fortaleceu, atrelada à burguesia agrário-comercial, especialmente a paulista. Na década de 20, emergiu uma revolução política, liderada pela classe média urbana e setores da elite que se sentiam aliados pelo comércio do café. Com o triunfo da Aliança Liberal em 1929, o cenário político se caracterizava por um “vazio de poder”, consequência do colapso da burguesia cafeeira. Nesse contexto de transformação econômica, as ideias da Escola

Nova e as experiências pedagógicas de Paulo Freire emergiram, promovendo uma nova perspectiva sobre a educação no país.

Movimentos Sociais

Da década de 1940 até os Movimentos Sociais, é evidente que a negligência à educação resultou em alarmantes 72% de analfabetismo no Brasil em 1920. Em 1934, foi implementado o Plano Nacional de Educação, que tornava obrigatório o ensino primário, integral e gratuito, também acessível a adultos. Este plano foi pioneiro ao oferecer uma abordagem específica para a formação de jovens e adultos. A partir da década de 1940, especialmente na década de 1950, a educação de jovens e adultos tornou-se uma prioridade fundamental para o país. Em 1938, criou-se o INEP (Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos) e, com base em suas pesquisas, em 1942, instituiu-se o Fundo Nacional do Ensino Primário, cuja missão era desenvolver programas que ampliassem e incluíssem o Ensino Supletivo voltado para adolescentes e adultos. Em 1945, esse fundo foi regulamentado, destinando 25% dos recursos à educação de adolescentes e adultos.

Desde o início da década de 1940, a educação de jovens e adultos começou a ganhar destaque. Em 1946, promulgou-se a Lei Orgânica do Ensino Primário, que introduziu o ensino supletivo. No ano seguinte, em 1947, foi estabelecido um programa nacional destinado especificamente a adultos, através do SEA (Serviço de Educação de Adultos). O SEA tinha como finalidade reorientar e coordenar, de maneira geral, as atividades dos planos anuais do ensino supletivo, voltados para adolescentes e adultos analfabetos. Esse movimento, que se estendeu até o final da década de 1950, ficou conhecido como Primeira Campanha Nacional de Educação de Adultos. Contudo, a metodologia pedagógica utilizada foi questionável, pois promovia a homogeneização dos alunos, desconsiderando seus contextos. Foram criados guias de leitura contendo pequenas frases e textos sobre moral, saúde, técnicas de trabalho e higiene.

A intensa pressão internacional pela erradicação do analfabetismo nas denominadas "nações atrasadas" foi um dos principais motivadores da Primeira

Campanha Nacional de Alfabetização. Essa pressão aumentou após a criação da ONU (Organização das Nações Unidas) e da UNESCO (Instituto da ONU para a Educação, Ciência e Cultura) após a Segunda Guerra Mundial, em 1945. A orientação dessas organizações era clara: a educação seria o caminho para o desenvolvimento das "nações atrasadas". Isso demonstra que os programas educacionais existentes focavam mais na quantidade de alfabetizados do que na qualidade do ensino. Além dessas diretrizes, a situação histórica brasileira exigia um maior número de cidadãos alfabetizados, especialmente no contexto do direito ao voto e do processo de democratização em curso.

Outro aspecto que favoreceu a educação em massa foi a visão do analfabeto como alguém ignorante e incapaz. Nesse contexto, acreditava-se que adultos não alfabetizados deveriam ser tratados como crianças, considerando-os incapazes de compreensão. Paralelamente, acreditava-se que os adultos eram mais fáceis de alfabetizar, o que justificava a crença de que qualquer pessoa alfabetizada poderia atuar como alfabetizadora, sem a necessidade de formação especializada.

Dessa perspectiva, surgiram dois documentos sobre voluntariado: em 1948, "Relação com o Público e o Voluntariado", e em 1960, o "Manual do Professor Voluntário - Ilustrações para o Ensino de Leitura e Linguagem Escrita". Em 1952, criou-se a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) para atender às populações rurais. Em 1958, durante o II Congresso Nacional de Educação de Adultos no Rio de Janeiro, deu-se início a um debate sobre novos métodos pedagógicos voltados para a educação de adultos. Educadores perceberam a necessidade de desafiar os preconceitos relacionados ao analfabetismo. Foi nesse contexto que Paulo Freire se destacou como um dos principais pedagogos do país. Em um seminário regional que preparou o terreno para o congresso realizado em Recife, Freire ressaltou que o desenvolvimento educacional deveria estar alinhado às reais necessidades das pessoas envolvidas, promovendo uma educação "com" elas e não "para" elas.

Assim, os analfabetos não deveriam ser vistos como imaturos e ignorantes. Como apontam Stephanou e Bastos (2005), "o problema do analfabetismo não era o único nem o mais grave da população: deveria ser

problematizada a condição de miséria em que viviam os não alfabetizados". Em resposta às críticas surgidas no Congresso de 1958, estabeleceu-se a Campanha de Erradicação do Analfabetismo (CNEA), com o objetivo de desenvolver projetos-pólo que integrassem a realidade de cada município, atendendo suas necessidades específicas.

Embora proposta como um novo modelo, a expansão pelo país não trouxe grandes inovações em relação às campanhas anteriores. O final da década de 1950 e o início da década de 1960 foram marcados por uma intensa mobilização social em torno da educação de adultos, resultando na criação de diversos movimentos sociais, como o "Movimento de Educação de Base" (1961-CNBB), o Movimento de Cultura Popular do Recife (1961), os Centros Populares de Cultura (UNE), e a Campanha "Pé no Chão Também se Aprende" (Prefeitura de Natal). Esses programas, influenciados pela pedagogia de Freire, enxergavam o analfabetismo não como causa da pobreza, mas como consequência de uma sociedade injusta e desigual (STEPHANOU; BASTOS, 2005, p. 269).

Os movimentos buscavam reconhecer e valorizar o saber e a cultura popular, tratando a pessoa não alfabetizada como produtora de conhecimento. Com o impacto significativo dessas iniciativas de alfabetização, a CNEA foi encerrada e, no mesmo ano, Paulo Freire foi convidado a elaborar o Plano Nacional de Alfabetização para o Ministério da Educação. No entanto, com o Golpe Militar de 31 de março de 1964, esse plano foi abruptamente interrompido.

Nesse mesmo período de avanço educacional, a economia brasileira vivenciava um momento de grande desenvolvimento industrial, transitando de um modelo de exportação agrícola para um modelo de importações. Entre 1930 e 1964, o Estado brasileiro tornou-se "um dos principais centros de decisão ao nível da política econômica" (MANFREDI, 1981, p. 27). Outra característica importante desse período foi o surgimento do fenômeno populista, representado por figuras como Vargas, Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart, que emergiram em resposta ao esvaziamento de poder anterior, criando espaço para a ascensão de "salvadores da pátria".

As táticas dos governos populistas, que oscilavam entre atender às demandas populares e manter o status quo, criaram um ambiente propício à participação política dos movimentos sociais. Nos grandes centros urbanos, estabeleceu-se uma luta para preservar o poder aquisitivo. Intelectuais, organizações de esquerda, entidades estudantis e algumas instituições religiosas mobilizaram-se para organizar trabalhadores urbanos e rurais em busca de maior participação política. Assim, o engajamento dos setores sociais na luta por seus direitos e na política tornou-se crucial, com a educação de base voltada para adultos emergindo como uma poderosa tática de ação política.

Do Militarismo à Nova República

Estamos diante de um dos episódios mais obscuros da história do Brasil: o Golpe Militar de 1964. Com o fortalecimento do militarismo, iniciativas de transformação social foram abruptamente interrompidas, resultando na apreensão de materiais e na detenção e exílio de suas lideranças. Esse período resgatou uma educação utilizada como instrumento de controle social e homogeneização. Assim, em 1967, o governo militar criou o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) com o objetivo de promover a alfabetização funcional e a educação continuada. Contudo, essa proposta de alfabetização restringiu-se à simples capacidade de ler e escrever, sem considerar a compreensão contextual dos signos.

Nesse contexto, o Mobral adquiriu uma conotação política que responsabilizava os indivíduos por suas condições sociais, negligenciando seu papel como sujeitos culturais, tratando-os como “pessoas vazias sem conhecimento, a serem ‘socializadas’ pelos programas do Mobral” (MEDEIROS, 1999, p. 189). A ideia predominante era que a responsabilidade pelo analfabetismo e pelo subdesenvolvimento brasileiro recaía sobre os que não alcançavam a alfabetização. Um dos slogans do Mobral dizia: “você também é responsável, então me ensine a escrever, eu tenho a minha mão domável” (STEPHANOU; BASTOS (orgs), 2005, p. 270). Além disso, a seleção dos alfabetizadores era feita com

baixa exigência, perpetuando a crença de que apenas a alfabetização bastava para educar um adulto, desconsiderando a necessidade de um método pedagógico adequado.

Com a chegada da Nova República em 1985, o Mobral foi extinto, e essa extinção foi associada a denúncias de desvios de recursos financeiros, resultando na criação de uma Comissão Parlamentar de Investigação (CPI). Infelizmente, muitos que se alfabetizaram por meio do Mobral acabaram desaprendendo a ler e escrever. Durante o regime militar, a economia brasileira enfrentou uma crise severa, caracterizada pela diminuição de investimentos, queda do capital estrangeiro, redução da taxa de lucro e aumento da inflação. Essas dificuldades derivavam de tentativas infrutíferas de implementar um modelo econômico autônomo e se estenderam até a Nova República.

Entretanto, com a Nova República, surgiram os primeiros avanços legais em relação aos direitos dos cidadãos que não tiveram a oportunidade de concluir a escolaridade na idade adequada. Segundo Oliveira (2007, p. 4), o inciso I do artigo 208 estabelece que o Ensino Fundamental é obrigatório e gratuito, garantindo sua oferta a todos que não puderam acessá-lo no momento devido. O artigo 214 da Constituição Federal propõe a elaboração de um Plano Nacional de Educação voltado para a erradicação do analfabetismo e a universalização do atendimento escolar.

A nova Constituição de 1988 garantiu o direito à educação para todos, reforçado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394/96. De acordo com a LDB, o Plano Nacional de Educação deve ser elaborado conforme a Declaração Mundial de Educação para Todos, sendo a Educação de Jovens e Adultos instituída pela resolução CNB/CEB Nº 1, de 5 de julho de 2000, que reconhece o direito das pessoas nessa faixa etária a uma educação adequada às suas necessidades.

Com o fim do Mobral em 1985, novas iniciativas de alfabetização surgiram, como a Fundação Educar, encarregada de supervisionar os recursos destinados aos programas educacionais. Contudo, em 1990, durante o governo de Collor, a Fundação Educar foi desmantelada, e não foi criada nenhuma nova proposta para substituí-la, evidenciando um preocupante descaso do governo

em relação à educação. A alfabetização em um contexto em que os municípios passaram a assumir a responsabilidade pela educação de jovens e adultos revela uma diversidade de iniciativas oriundas de universidades, movimentos sociais e organizações não-governamentais. Destaca-se, ainda, o impacto das descobertas nas áreas de linguística, psicologia e educação, como os estudos de Emília Ferreiro, que possibilitaram a criação de métodos inovadores de alfabetização.

Na década de 90, o Movimento de Alfabetização (Mova) destacou-se por integrar a alfabetização ao contexto socioeconômico dos alfabetizandos, promovendo sua co-participação no processo de aprendizagem. Em 1996, o governo federal estabeleceu um novo programa nacional de alfabetização; no entanto, o Programa Alfabetização Solidária (PAS) representou um retrocesso, semelhante às campanhas das décadas de 40 e 50. As críticas eram contundentes: o programa era superficial, com alfabetizadores mal preparados, reforçando a noção de que qualquer pessoa poderia ensinar e perpetuando a relação de subordinação entre as diferentes regiões do país. A campanha 'Adote um Analfabeto' também contribuía para estigmatizar os não alfabetizados como incapazes, necessitados de assistência (STEPHANOU; BASTOS, 2005, p. 272).

Em 1998, foi criado o Pronera (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária), voltado às populações de assentamento e vinculado ao Incra, universidades e movimentos sociais. Em 2003, surgiu o Programa Brasil Alfabetizado, inicialmente como uma campanha de trabalho voluntário, com a meta de erradicar o analfabetismo em quatro anos, abrangendo 20 milhões de pessoas. No entanto, em 2004, com a troca no Ministério da Educação, o programa foi reformulado, revogando a meta de erradicação em quatro anos e estendendo a duração dos projetos de alfabetização de quatro para oito meses.

Adentramos o século XXI diante de uma realidade alarmante: aproximadamente 20 milhões de brasileiros são considerados analfabetos absolutos, e mais de 30 milhões são analfabetos funcionais, que já frequentaram a escola mas perderam a capacidade de leitura e escrita. Ademais, cerca de 70 milhões de brasileiros acima de 15 anos não atingiram o nível mínimo de escolaridade

exigido pela Constituição, correspondente ao ensino fundamental. Incluem-se ainda os neo-analfabetos, que, mesmo com escolarização, não conseguem dominar a leitura e a escrita (STEPHANOU; BASTOS, 2005, p. 273).

Considerações Finais

Este referencial histórico nos oferece uma base sólida para a avaliação da situação atual da educação no Brasil. É alarmante o elevado número de indivíduos que conseguem ler um texto simples, mas falham em compreender as intenções do autor. Essa realidade é um reflexo do tratamento que a educação brasileira recebeu ao longo de sua trajetória. É lamentável que a alfabetização se limite à mera decifração de signos, desconsiderando a verdadeira compreensão de significados. Agrava-se essa questão pela persistência, em nosso contexto escolar, de um modelo que, em vez de formar leitores críticos capazes de entender as intenções dos textos, resulta em cidadãos alienados, cuja alfabetização é meramente instrumental.

Todos os projetos e planos implementados visavam o avanço educacional e a erradicação do analfabetismo no país, mas a falta de organização e continuidade dessas iniciativas é surpreendente. Novas propostas surgem constantemente, mas muitas vezes carecem do tempo necessário para gerar resultados, sendo abruptamente desmanteladas ou substituídas por outras ações. É importante destacar que as políticas públicas propostas pelos governos ao longo dos anos foram influenciadas tanto por pressões internacionais, de entidades como UNESCO e ONU, quanto por movimentos populares nacionais. Diversos movimentos, campanhas e programas emergiram do esforço de bases que, além de ensinar os códigos da linguagem, buscavam conferir significado à existência do indivíduo na sociedade por meio do empoderamento pelo conhecimento.

Com as questões históricas abordadas neste artigo, podemos avaliar, ainda que de maneira breve, nossas práticas educativas atuais à luz da trajetória que vivemos como nação. É imprescindível ressaltar os sucessos obtidos em nosso contexto e as tentativas que se revelaram frustradas. Enquanto

profissionais da educação ou cidadãos envolvidos no processo educativo como um ato político, devemos nos interrogar: que tipo de educação desejamos vivenciar? Quais são nossos objetivos com a Educação de Jovens e Adultos? Buscamos uma educação que apenas prepare para o mercado de trabalho, ou almejamos formar indivíduos que reflitam sobre sua realidade social e a do país? Queremos cidadãos críticos e pensantes ou apenas pessoas alienadas de seus direitos, como o de levar uma vida digna? A quem e para que serve a educação de modo geral?

Acredito que, como agentes com a capacidade de transformar a realidade em que estamos inseridos e mudar a mentalidade, temos a responsabilidade de nos tornarmos pessoas reflexivas. Por meio da educação, devemos incitar a reflexão sobre nossas ações como sujeitos e sujeitas da história.

Referências Bibliográficas

AGUIAR, Raimundo Helvécio Almeida. **Educação de Adultos no Brasil**: políticas de (des)legitimação. Tese de Doutorado. Orientação Lúcia Mercês de Avelar. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2001.

ANTUNES, Denise Dalpiaz. **Relatos significativos de professores e alunos na Educação de Jovens e Adultos e sua auto-imagem e auto-estima**. Porto Alegre: Tese de Mestrado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2006.

DI PIERRO, Maria Clara; GRACIANO, Mariângela. **A Educação de Jovens e Adultos no Brasil**: informe apresentado à oficina regional da UNESCO para América Latina y Caribe. São Paulo: Ação Educativa - Assessoria, Pesquisa e Informação, 2003. <http://www.acaoeducativa.org.br/downloads/relorealca.pdf> acessado em 02 de junho de 2007.

DI PIERRO, Maria Clara; JOIA, Orlando; RIBEIRO, Vera Masagão. Visões da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. **Cadernos Cedes**, ano XXI, nº 55, 2001, p.

58-77. <http://www.acaoeducativa.org.br/downloads/parte1.pdf> acessado em 12 de junho de 2007.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930: historiografia e história.** 2ª ed., São Paulo: Ed. Brasiliense, 1972.

MANFREDI, Sílvia Maria. **Política e Educação Popular.** 2ª ed., São Paulo: Ed. Cortez, 1981.

MEDEIROS, Maria do Socorro de Araújo. **A Formação de Professores para a Educação de Adultos no Brasil: da história à ação.** Palma de Maiorca: Tese de Doutorado pela Universitat de les Illes Balears, 1999.

OLIVEIRA, Romualdo L. Portela. Educação de Jovens e Adultos: o direito à educação. In: Mesa Redonda: Direitos Educativos e a EJA no Brasil. **16º Congresso de Leitura do Brasil - COLE, X Seminário de Educação de Jovens e Adultos.** Campinas: UNICAMP, 11 a 13 de julho de 2007, http://www.alb.com.br/anais16/prog_pdf/prog01_01.pdf, acessado em 05 de maio de 2008.

RIBEIRO, Vera Maria Masagão (coord.). **Educação de Jovens e Adultos: proposta curricular para o 1º segmento do ensino fundamental.** São Paulo: Ação Educativa - Assessoria, Pesquisa, Informação; Brasília: Ministério Da Educação E Do Desporto, 1997. <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5541.pdf> acessado em 08 de agosto de 2007.

SANTOS, Edicleia Aparecida Alves dos; STREMEL, Margareth Leonardi Kuhn; OLIVEIRA, Rita de Cássia da Silva. **A Necessidade de Reinventar a História da Educação de Jovens e Adultos no Brasil.** Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, 2004. http://www.cereja.org.br/arquivos_upload/edicleia_margareth_rita_necessidade_%20reinventar_eja.pdf artigo em PDF acessado em 24 de setembro de 2007.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena (orgs). *Histórias e Memórias da Educação no Brasil*. Vol. III. Petrópolis: Vozes, 2005.